



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

CARLOS EDUARDO RODRIGUES

**DUAS FACES DE UMA MARAVILHA: A CIDADE DAS CRIANÇAS E O
LINCHAMENTO DE 1987**

**CHAPECÓ
2023**

CARLOS EDUARDO RODRIGUES

**DUAS FACES DE UMA MARAVILHA: A CIDADE DAS CRIANÇAS E O
LINCHAMENTO DE 1987**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Antonio Picoli

**CHAPECÓ
2023**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Rodrigues, Carlos Eduardo

DUAS FACES DE UMA MARAVILHA: A CIDADE DAS CRIANÇAS E O LINCHAMENTO DE 1987 / Carlos Eduardo Rodrigues. -- 2023.

45 f.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Antonio Picoli

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2023.

1. Linchamento. I. Picoli, Bruno Antonio, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

CARLOS EDUARDO RODRIGUES

**DUAS FACES DE UMA MARAVILHA: A CIDADE DAS CRIANÇAS E O
LINCHAMENTO DE 1987**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 14/07/2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Bruno Antonio Picoli – UFFS
Orientador



Prof. Dr. Ricardo Machado – UFFS
Avaliador



Prof.ª Dr.ª Monica Hass – UFFS
Avaliadora

Dedico este trabalho aos meus pais, que não
pouparam esforços para que eu pudesse
concluir meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Neste momento, inicio o texto no qual tenho certeza que não terminarei sem molhar o papel com lágrimas que virão. Sim, estou escrevendo no papel para depois digitar no arquivo. As lágrimas farão parte deste texto pois só apenas derramando-as consigo externalizar o sentimento tão belo como o de gratidão. Vou iniciar meus agradecimentos e assim seguirá de uma forma livre na escrita e sem elencar posições de importância, pois cada um citado aqui foi importante para construir e terminar esse ciclo.

Minha gratidão aos meus pais será eterna, um casal aguerrido que me ensinou o valor do estudo, principalmente a valorizar a educação pública e acreditar que um jovem de família de classe média baixa consegue acessar a formação superior, mesmo tendo toda a sua caminhada acadêmica na educação pública. Não posso deixar de agradecer a minha amada irmã, que esteve presente durante todo o tempo dessa graduação, sempre dando uma palavra de apoio. Sou grato às minhas outras irmãs, que não são de sangue, mas ocupam esse espaço pela imensa consideração que tenho por elas, pois compartilharam comigo as preocupações, dores e dificuldades durante toda essa caminhada da graduação, muito obrigado Brendha, Dâmaris e Eduarda por estarem presentes e por ajudar aliviar os percalços desse período. Não posso esquecer e desejo eternizar neste texto minha gratidão pelos amigos que fiz durante o processo estudantil que tive até agora em Santa Catarina, sendo desde os poucos anos que frequentei o Ensino Médio aqui, o sempre companheiro fiel Vinicius Soldatelli; também aqueles que conheci já na Universidade, sendo esses responsáveis por descontrair o trajeto Maravilha - Chapecó todos os dias, fazendo das 3 horas diárias no transporte, entre idas e voltas, momentos mais leves, muito obrigado Paulo, Kachava, Gustavo Bagnara e o além de amigo, padrinho de LEO Clube e parceiro de projetos, Wesley Andretta. Além dos amigos que citei até agora, não posso esquecer de meus caros de longa data, Joãozinho e Caio, que mesmo de longe, um em São Paulo e outro em Minas Gerais, não me faltaram em nenhum momento e foram importantíssimos para a minha sanidade mental.

Durante esses 4 anos e meio vivi diversos acontecimentos ligados a minha experiência universitária, sendo a ocupação da reitoria no meu primeiro ano de faculdade, em 2019, assim como os dois anos de pandemia de COVID-19, em 2020 e 2021. Entretanto, durante o percurso de casa até a faculdade tive companheiros de transporte que levarei comigo sempre, pois sou grato a vocês: João, Marcel, minha querida Dani, meu vice-presidente William e o mais que motorista, um amigo que tive, Tiago.

Diversas outras pessoas foram e são importantes, nas quais tenho gratidão e carinho, como minha advogada, importantíssima para a realização do meu TCC, Carina Kunzen; meus companheiros de clube, que ajudaram de forma indireta para que eu não surtasse, sendo especial a minha querida Alesandra, Adriana e Jeferson, nos quais tive um contato mais próximo. Além de todas essas pessoas, inúmeras outras, nas quais nem conheço, tornaram possível a realização desse sonho, neste momento quero registrar minha gratidão a Luiz Inácio Lula da Silva, que em seu governo fez com que os filhos dos trabalhadores mais humildes tivessem a possibilidade de acessar a educação superior. Essa gratidão se estende também à comunidade da UFFS, em que sou grato a meu orientador, professor Bruno Picoli, a professores que serviram como espelho e conselheiros, Ricardo, Renilda e Delcio. Todos eles tiveram muita importância na minha formação profissional e pessoal. Agradeço também à professora Monica Hass que participou da minha banca de aprovação e por escrever um trabalho incrível, no qual teve grande importância para a execução desta pesquisa.

RESUMO

Na presente monografia será abordado a tensão existente entre a narrativa harmônica de progresso existente em Maravilha e um linchamento acontecido no ano de 1987. Além disso, o trabalho traz uma análise da construção dos mitos fundadores da cidade e como eles funcionam para condicionar uma imagem da cidade e de seus cidadãos. Essa pesquisa documental utiliza como fonte o processo-crime do linchamento e para tratarmos da cidade, da origem e manutenção dos mitos fundadores, foram utilizados dois livros: “*Maravilha: sua terra, sua gente, sua história*”, escrito por Francisco Gialdi, e “*História da colonização de Maravilha*”, escrito por José Isaac Pilati. Também foram utilizadas as narrativas oficiais presentes no site da Prefeitura Municipal, em edições do Jornal *O Líder* e os Projetos de Lei que atribuem a Maravilha o título de “Cidade das Crianças”. O trabalho possui dois capítulos. O primeiro, trata do linchamento e da sua definição. Já o segundo, aborda a origem dos mitos fundadores e a sua manutenção.

Palavras-chave: Linchamento. Memória. Silenciamento. Mito Fundador. Cidade.

ABSTRACT

In this monograph, the existing tension between the harmonious narrative of progress existing in Maravilha and a lynching that took place in 1987 will be addressed. city and its citizens. This documentary research uses the criminal process of lynching as a source and to deal with the city, the origin and maintenance of the founding myths, two books were used: “*Maravilha: sua terra, sua gente, sua história*”, written by Francisco Gialdi, and “*História da colonização de Maravilha*”, written by José Isaac Pilati. The official narratives present on the City Hall website, in editions of the Jornal *O Líder* and the Bills that attribute the title of “City of Children” to Maravilha were also used. The work has two chapters. The first deals with lynching and its definition. The second addresses the origin of the founding myths and their maintenance.

Keywords: Lynching. Memory. Silencing. Founding Myth. City.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMERIOS	Associação do Município Entre Rios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	12
2 - CAPÍTULO 1: A FACE VIOLENTA DA MARAVILHA.....	17
2.1 - Memória da violência.....	22
3 - CAPÍTULO 2: A CIDADE DAS CRIANÇAS.....	26
3.1 - Narrativas públicas sobre a cidade.....	28
3.2 - A manutenção dos mitos fundadores.....	35
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
5 - REFERÊNCIAS.....	42
6 - LISTA DE FONTES.....	43

1- INTRODUÇÃO

A cidade pode ser definida como um espaço construído e organizado, que possui um poder regulador político, religioso e moral, que guiam as relações sociais ali presentes. Desta forma, é possível afirmar que há um código de conduta ou modelo de como deve ser o cidadão, que guia as ações dos integrantes desta urbe. Sendo assim, afirma Sandra Pesavento (2007), o ambiente urbano, seja o físico e o social, é a obra máxima do ser humano, que está sempre em mudança, pois uma cidade não para nunca, sempre surgem novas cidades e novas relações por fruto da ação ou da imaginação humana. Essa concepção de urbano foi definida nas décadas de 1960, 1970 e 1980 sob forte influência de uma história econômico-social com inspiração no materialismo histórico, olhando para a cidade apenas como um lugar de dimensão espacial, onde se realizava a produção e as relações capitalistas, com toda uma exploração de mão de obra e de dominação daqueles que possuíam os meios de produção. Entretanto, ao longo da década de 1990 a História Cultural abordou de forma diferente a urbe, considerando não mais com um olhar de dimensão espacial, mas como um objeto de reflexão, considerando as relações sociais existentes, sendo assim, um local de sociabilidade, que vai além da materialidade urbana como representação e que vê a população ali presente como forma de compor aquele lugar também. Desta forma, essa organização atribui valor para a cidade, construindo com base na conduta e no discurso criado sobre a urbe uma imagem mais valorizada, presente no pensamento daqueles que compartilham o discurso. É desta maneira que se criam os mitos fundadores, as suas lendas, os heróis, é assim que por meio desse discurso o passado da urbe é inventado ou moldado. De acordo com Cláudio Carle e Flávia Segat,

As alegorias são como emblemas e dependem de narrativas para serem entendidas em seus significados. As cidades são arbitrarias e alegóricas nas suas representações. As narrativas das cidades, materiais ou imateriais, são apresentadoras de suas mitologias, as quais são formas narradas de valores e premissas da existência em grupo, na cultura. (2022, p.265)

Essas alegorias criadas, são sempre trazidas para o presente por meio da evocação daquilo que foi definido por Loiva Félix (2002)¹ como memória coletiva, que são memórias sociais, definidas pelos grupos sociais, nas quais se definem a coesão desse grupo, que por sua vez se encarrega de sempre atualizar/relembrar essas memórias para se manterem vivas. Ao realizar essa evocação, a cidade do passado é construída no presente, por meio da

¹ Ver: FÉLIX, Loiva Otero. **Política, memória e esquecimento**. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Usos de Memórias**. Passo Fundo: Upf, 2002. p. 13-39.

memória dos indivíduos, revelando assim os diversos tempos existentes na urbe, sendo eles muito além do que apenas o desgaste apresentado pelos edifícios já corroídos pelo tempo.

A construção do passado através do presente pode ser notada nos edifícios, nas estruturas e nos projetos públicos, nos quais reforçam ainda mais o passado inventado. Desta forma, projetam também o seu futuro, a partir dessa relação de espaço-tempo, criando no presente uma identidade daquele local e daquela população, gerando assim um pertencimento para aquele habitante e um slogan para a cidade, que serve para fins econômicos e culturais. A construção da cultura está atrelada também a arquitetura da urbe, pois a cultura seria produto da arquitetura daquele local, como afirma Paul Scheerbart, em seu livro *Glasarchitektur* (Arquitetura de Vidro), “Nossa cultura é, de certo modo, um produto de nossa arquitetura. Se quisermos elevar a nossa cultura a um nível mais alto, então somos obrigados [...] a transformar nossa arquitetura.”²

Há na urbe uma memória coletiva, sendo ela compartilhada por diferentes inconscientes coletivos, que pertencem a diferentes culturas e etnias, com mitos e símbolos próprios. Porém, essa pluralidade de grupos são construtores da urbanidade e compartilham de uma mesma memória coletiva, que muitas vezes é anterior a eles. Essa ligação se dá pois “haveria uma estrutura de correlação entre a pessoa individual e o fato coletivo, já que o indivíduo cria amarrações cronológicas para a explicação do passado na perspectiva de construção de um universo muito mais amplo, ligado à memória do povo que a ele pertence.”³. A partir disso, é possível pensar que a memória do indivíduo está sempre em construção, que o passado da urbe se monta no presente, essa construção coletiva de memória também está se formando e implicando na formação individual de cada um. Sendo assim, é possível compreender a cidade como um lugar de memória em movimento, já que há temporalidades diversas, que se ligam com o passado, que está sempre se constituindo.

Nas cidades da região oeste de Santa Catarina é possível notar construções de um passado inventado, de narrativas do passado que são reafirmadas no presente, nas quais em sua maioria valorizam o colonizador branco de origem europeia, com orientação religiosa cristã. Sendo valorizada também a sua conduta como cidadão que trabalha muito para o desenvolvimento da sociedade, cuida de sua família e zela a sua religião, sendo esse um exemplo a ser seguido pelos demais. Essa construção colocando o europeu como o indivíduo a ser copiado e a cultura a ser valorizada, se dá pelo processo de formação de todas as cidades que pertencem essa faixa do estado, já que todas possuem colonização por companhias

² SCHEERBART, 1914, apud SELIGMANN-SILVA, 2016, p.34.

³ CARLE; SEGAT, 2022, P. 267.

colonizadoras que vendiam os lotes de terra em sua maioria para famílias com descendentes europeus vindos das colônias velhas do Rio Grande do Sul ou de outros lugares da região Sul do Brasil. É importante salientar que a maior parte dessas cidades oestinas tiveram sua colonização e formação a partir da década de 1940, momento em que havia um fluxo de migração dessas famílias, em grande parte, formadas de segundas e terceiras gerações de italianos, alemães e poloneses, que haviam migrado para o Brasil anos anteriores, para fugir da Segunda Guerra e de suas consequências, em busca de uma vida melhor. O mito fundador do homem branco, europeu e explorador é renovado até o presente, por meio de músicas locais, monumentos em homenagem a essas pessoas e pela literatura produzida por escritores locais, que aglutinam informações do senso comum sobre a cidade em um livro, normalmente intitulado de “História de...”, PESAVENTO (2007, p. 12) trata desses livros como:

São antigas, contudo, as chamadas ‘histórias de cidades’, muitas delas feitas ‘de encomenda’, em que alguém é convocado a escrever e se dispõe a reunir dados sobre uma urbe e a ordená-los, dando a ver um tempo de origens, um acontecimento fundador, acrescido da poesia de uma lenda, por vezes, e freqüentemente de uma saga ocorrida nas épocas mais recuadas, realizada pelo povo fundador guiado por suas lideranças.

A pesquisa trata da cidade no extremo oeste catarinense, chamada Maravilha, que foi colonizada no início da década de 1950, por uma colonizadora, a Companhia Territorial Sul Brasil, empresa que vendeu lotes e comercializou madeira na região, sendo ela responsável também por colonizar outras cidades próximas a Maravilha, como Cunhã Porã, São Carlos, Palmitos, entre outras. A cidade possui dois mitos fundadores importantes para a sociedade local, o primeiro está presente em seu nome e o segundo está no slogan da cidade, que é *Maravilha, cidade das crianças*, título que foi reconhecido nacionalmente pelo governo federal em 2012, pela presidenta Dilma Rousseff. Em ambos os casos, como todo mito fundador, a narrativa foi construída posteriormente à sua origem. A ideia para o trabalho surgiu de uma curiosidade, fruto de uma observação minha, após os 6 primeiros anos morando na cidade, onde notei uma narrativa de progresso harmônico, o qual ignorava, ou melhor, tolerava eventos violentos, como o linchamento de um preso no ano de 1987, episódio que foi colocado nas sombras da memória coletiva do processo de constituição da cidade. O trabalho faz uma análise da sociedade maravilhense e sua forma de construção e manutenção de seus mitos, que foram criados para guiar o processo de formação do município e busca repercutir o linchamento ocorrido no ano de 1987. Desta forma, a questão principal que norteia a pesquisa é a tensão entre a narrativa harmônica de progresso, com suas alegorias e, o principal episódio de violência. Há um esforço da sociedade maravilhense para manter a memória do linchamento nas sombras, não possibilitando o debate sobre. Não há

muita coisa escrita e difundida sobre o fato, tendo somente registros em um dos dois livros sobre a história do município. O linchamento só é lembrado no livro *Maravilha: sua terra, sua gente, sua história*, escrito pelo historiador maravilhense Francisco Gialdi. A população procura também não comentar sobre o ocorrido. Desta forma, busco neste trabalho trazer para a claridade um pouco mais desse evento que mobilizou a sociedade da época e discutir como foi o trabalho para a construção de uma história pública da cidade, deixando de lado esse acontecimento e como ele aparece na memória dessa sociedade.

Para isso, foi utilizado como fonte alguns recortes do processo-crime do linchamento, no qual possuo em inteiro teor, de forma digitalizada, sendo disponibilizado pelo poder judiciário catarinense no ano de 2023 após o pagamento da quantia de R\$ 634,00, feito por mim. O trâmite para o acesso ao documento foi demorado e dificultoso, pois foi uma espera de quase seis meses. Além de desembolsar uma quantia elevada para o pagamento da taxa de acesso, o processo foi enviado de forma desorganizada, dificultando ainda mais o trabalho de pesquisa. Sendo assim, após todo esse procedimento para obter o documento, surge uma importante pergunta para uma possível reflexão: será que toda essa dificuldade, é apenas a velha burocracia ou tudo isso é feito para dificultar o acesso a um documento que teoricamente seria público? Essa reflexão poderia nortear o trabalho, porém a pesquisa abordará outro questionamento, o de como a cidade elaborou seu passado e administrou suas contradições? Desta forma, as partes do processo utilizadas são a descrição presente na acusatória do crime feita pelo delegado responsável no início da investigação, em que traz a descrição dos indivíduos envolvidos e do fato ocorrido; e a apelação número 97.015790-8, obtida junto com o processo digitalizado. Foram utilizadas também as narrativas oficiais sobre a história do município, a partir de fontes de amplo acesso, sobretudo as disponíveis no site da Prefeitura de Maravilha. Num segundo momento, a pesquisa traz uma discussão da origem dos mitos fundadores e a forma como aparece na propaganda realizada em um dos jornais da cidade de Maravilha. São utilizados para essa análise as edições do jornal *O Líder*, publicadas na semana do aniversário do município (27 de julho) nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, assim como são utilizadas as edições que noticiam a oficialização da lei que confere a Maravilha, a alcunha de cidade das crianças, neste caso, são edições de maio de 2012 e agosto de 2021. Além disso, são utilizados dois livros sobre a história da cidade que são *Maravilha: sua terra, sua gente, sua história* e *História da colonização de Maravilha*, escrito pelo advogado sul-riograndense radicado em Maravilha, José Isaac Pilati. Também foram utilizados o Projeto de Lei nacional nº 819/2011; o Projeto de Lei estadual nº

0112.8/2021; as Leis Ordinárias Municipais nº 944/1984 e nº 334/1970, que tratam sobre o título de Maravilha, esses documentos estão dispostos de forma online.

2- CAPÍTULO 1: A FACE VIOLENTA DA MARAVILHA

No dia 4 de janeiro de 1987, um preso da Unidade Prisional do município de Maravilha foi vítima de uma violência organizada e composta por mais de 100 pessoas, o paranaense, com 24 anos de idade na época, Valdemir Martins Bugança estava detido na cadeia da cidade por ter cometido um assassinato. Ele teve seu corpo linchado por mais de 100 pessoas, que a priori não o tinham como alvo principal.

Antes de olhar o processo-crime, com base nos relatos presentes no livro do historiador Francisco Gialdi e naquilo que os moradores que residiam em Maravilha na época do fato contam, é possível afirmar que o principal alvo dos linchadores era Alcindo Luiz Pereira, que havia também cometido um assassinato no ano de 1986, entretanto ao adentrar as selas da prisão pública, os agressores não o encontraram. Restando apenas Valdemir no local, a população assim, como um ato de não realizar a invasão em vão, decidiu aplicar sua força violenta nele, pois estava preso pela mesma razão de Alcindo. Entretanto, com base nos autos do processo, fruto da investigação policial, a população que invadiu a cadeia para linchar, tinha como alvo, os dois presos, Valdemir e Alcindo, ambos tinham a mesma motivação para estarem presos, pois os dois tinham cometido assassinatos, tendo intervalo de 4 meses entre um e outro.

Alcindo Pereira, foi preso no dia 25 de agosto de 1986, numa tarde de domingo, por esfaquear o empresário de uma família pertencente a elite maravilhense, Erno Brutscher foi morto na frente de sua esposa Alisa e seu filho (na época com 7 anos), num bar localizado na comunidade Tope da Serra, atualmente pertencente ao município de Iraceminha, a aproximadamente 10km de distância de Maravilha. Erno e sua família voltavam do interior e decidiram fazer uma parada nesse bar, onde aconteceu uma confusão, em que nesse momento o empresário é golpeado por uma faca no peito, sendo posteriormente atendido pelo socorro e levado para o Hospital São José de Maravilha, local onde foi registrado seu falecimento. Segundo a acusatória da Apelação feita por alguns envolvidos no linchamento no ano de 1998, “Na época, o crime provocou a indignação da comunidade, eis que a vítima desfrutava de um ótimo conceito e possuía vasto círculo de amizade; de outra parte, fora assassinada de forma brutal e sem qualquer motivo para a agressão.”.

Valdemir Bugança foi preso em dezembro do ano de 1986, por cometer o assassinato de Dercilio Bastos após o término de um baile na periferia da cidade de Maravilha.

A ideia de vingança já estava sendo fomentada pelos amigos e irmãos da família Brutscher, porém com o assassinato de Dercilio o plano ganhou ainda mais força com a

compactuação das pessoas ligadas a vítima do segundo crime. Desta forma, com base nas investigações e no conteúdo da apelação citada anteriormente, a versão correta é que ambos os presos eram alvos, tendo suas mortes premeditadas. O plano de vingança já arquitetado contra os assassinos, consistia em invadir a cadeia e linchar os presos. Após a organização da ação, o ato foi marcado para a madrugada do dia 05 de janeiro de 1987. Naquela madrugada, os linchadores colocaram em prática o plano, no qual, segundo a denúncia presente no processo-crime, consistia em destruir um poste de luz com um caminhão guincho pertencente à família Brutscher, causando assim um apagão nas proximidades da cadeia. Posteriormente ao *blackout*, os indivíduos adentram a unidade prisional e rendem os agentes ali presentes, não possibilitando qualquer reação contrária. Entretanto, ao entrar na prisão, os agressores são surpreendidos pela ausência de Alcindo, que fora transferido para a Unidade Prisional da cidade de Pinhalzinho, após a polícia ser alertada por um telefonema anônimo sobre o perigo de acontecer o linchamento dele⁴.

A frustração de não encontrar Alcindo, adicionou mais fúria a aquelas pessoas, que encontraram apenas Valdemir que se escondia embaixo de sua cama, e o levaram, a base de socos e pontapés, para o pátio da delegacia, onde lá os linchadores realizaram um círculo ao redor de Valdemir e o agrediram mais ainda, até que em determinado momento da agressão, o avô de Dercilio, Elemar Former realizou golpes de faca no corpo de Valdemir, arrancando aplausos e comemorações dos agressores. Durante os 20 minutos de ação, alguns presos fugiram, os que não empreenderam fuga, ficaram velando o corpo, ainda com vida, de Valdemir. O linchado, após todas as agressões, ainda tinha vida, sendo levado para um hospital em Chapecó e posteriormente para Florianópolis, onde morreu no dia 29 de janeiro de 1987.

O linchamento foi investigado e levado ao indiciamento criminal de 25 pessoas, tendo o saldo de apenas uma condenação, a de um mecânico, natural do Rio Grande do Sul, Jandir Pedro Carossi, que teve como pena a reclusão de 7 anos e seis meses no regime semi-aberto.

A prática dessa violência em grupo, muitas vezes organizada, é uma atitude de reação daquela sociedade após o indivíduo considerado perigoso praticar uma ação que seja considerada injusta, em que com ela acabe afetando o caminhar da vida de uma terceira pessoa. Essa reação, é vista por essa comunidade como um ato de justiça, um justicamento da vítima desse sujeito, como um ato de vingar e limpar os erros que o sujeito considerado culpado pelo julgamento popular, cometeu. No caso do linchamento maravilhense é possível

⁴ Como teve sua morte premeditada a mais tempo pela família Brutscher, é possível afirmar que algum indivíduo que foi convidado a participar da vingança, desistiu e denunciou às autoridades.

notar a intenção de realizar uma vingança, pois houve um plano traçado e uma organização montada para o fato, além de que os agressores continuaram a ação mesmo após descobrir que apenas um dos alvos estava lá, sendo assim havia na ação, o sentimento de descarregar essa “energia de justiça” a qualquer preço.

O sociólogo José de Souza Martins, especialista no estudo dos linchamentos, em seu livro *Linchamentos: A justiça popular no Brasil*, reúne um estudo de caso de 2.028 linchamentos, durante 60 anos. O autor afirma em seu livro que “Não só a longa tradição brasileira da justiça privada, associada ao regime escravista abolido em 1888, mas também o elitismo do judiciário têm contribuído para o ceticismo que leva ao justicamento no lugar do que seria propriamente justiça.”⁵. Essa descrença no sistema judiciário, se dá pelo sentimento de que o Estado falhou em proteger aquela vítima e na crença dos agressores. Segundo Martins⁶, remetente a eficácia que o sangue derramado no momento da vingança daquela comunidade, tem dimensão mágica, pois ele teria capacidade restauradora. Em outras palavras, a vingança violenta organizada e realizada pela família e amigos das vítimas em Maravilha, teria a capacidade de aliviar a dor sentida pelos assassinatos. Esse pensamento revela bem mais do que um sentimento de vingança, pelo engajamento de muitas pessoas na ação, mostra-se uma aceitabilidade daquela comunidade para tal prática.

Esse justicamento, em sua forma mais violenta, se caracteriza por aquilo denominado linchamento, sendo em uma explicação rasa, o ato de um coletivo de pessoas agredir (ou tentar) um indivíduo considerado culpado por aquele mesmo grupo. Para Maria Benevides⁷, linchamentos são definidos como

[...] toda ação violenta coletiva para a punição sumária de indivíduos suposta ou efetivamente acusados de um crime - do simples furto ao assassinato - ou, em certas regiões, identificados com movimentos ou estigmas de ordem política e racial. Caracteriza o linchamento a natureza de vingança, além da ‘justiça’ punitiva (geralmente acompanhada de métodos de tortura), à margem de julgamentos ou normas legais. E mesmo modo sob nítida liderança e algum tipo de planejamento, o linchamento é considerado um fenômeno explosivo e espontaneísta, associado à ‘patologia das multidões’. Em termos populares, o linchamento é o ato de se fazer justiça com as próprias mãos.

Esse método de justiça popular, possui caráter punitivo, em que por meio da violência extrema, pessoas em todo tempo pacíficas, tendo elas proximidade com a vítima ou não, revelam um lado profundo e oculto de seu imaginário ao espancar, castrar publicamente e em certos casos, queimar o linchado ainda vivo. A ideia principal dessa ação não é por meio da

⁵ MARTINS, 2019, p. 93.

⁶ “O ato restaurador, no limite, se baseia na suposição da eficácia restauradora do sangue derramado no ato de punição. Há nele uma dimensão mágica.” (2019, p. 65).

⁷ BENEVIDES, 1982, p. 96, apud HASS, 2013, p. 99.

violência prevenir e impor medo para que não aconteça novamente tal crime, mas por meio de um sofrimento dobrado, sentido pelo indivíduo linchado, punir e vingar a vítima que sofreu a primeira violência. Sendo assim, é possível definir que o linchamento é fruto de uma primeira violência sofrida, sendo o ato de linchar alguém, uma segunda agressão na qual é a resposta à violência urbana.

Essa resposta é a tentativa de reaver o molde social anterior daquela comunidade que fora quebrado por uma ação de violência, na qual choca aqueles indivíduos. Essa ação está desde o roubo de um trabalhador indo para o seu trabalho pela manhã, como casos de estupro, pedofilia, assassinato ou até por atropelar um cachorro. Segundo Martins⁸, os linchamentos expressam uma crise de desagregação social, que apontam muito mais do que uma prática violenta por aquela comunidade. Essas ações mostram as tentativas de restabelecer a ordem social⁹, que foi quebrada pela ação bárbara do sujeito, agora considerado perigoso por aquela comunidade. Aqui está o motivo pela aceitação dessa prática, aquela sociedade crê que apenas pelo modo brutal haverá a restauração do molde social, algo como o ato de limpar a honra de um indivíduo, uma vez sujada por uma afronta ou por uma traição.

Essa ação, que em alguns casos possui lideranças definidas, se torna de cunho coletivo, pois é uma mobilização geral, resultante de uma decisão quase sempre sem pensar nas consequências, em que apenas é levado em conta o julgamento totalmente parcial feito, cuja sentença é anterior a análise dos fatos, levando, na maioria das vezes, a morte do culpado. Há por trás da decisão e da prática da sentença, uma estrutura social, que é a do grupo familiar da vítima da primeira violência e da comunidade, que sofrem fortes influências por sentimentos familísticos e de pertencimento à mesma comunidade da pessoa agredida. Esse pertencimento também aparece no ato de ser contrário ao estranho. No linchamento de Valdemir, a organização principal se ateve a família Brutscher, nas pessoas de Elio e Otácilio, que convidaram amigos e conhecidos da família para realizar tal ação, é importante notar que a prática realizada por mais de 100 pessoas indica que aquela sociedade considerava, de certa forma, legítima a ação, por acreditar que o código social de conduta do povo maravilhense havia sido quebrado, sendo necessário agora reaver esse acontecido, para retomar a harmonia existente. A normalização e a realização dessa prática violenta em Maravilha, vai totalmente em contraposição ao viés de urbe criado, em que seu nome já

⁸ 2019, p. 11.

⁹ É possível considerar aqui, a tentativa de restabelecimento do modelo social anteriormente quebrado pela ação violenta isolada. Sendo assim, os indivíduos que praticam o linchamento estariam interrompendo essa mudança acontecida no meio social, que agora se torna violento, para trazer novamente o meio anterior, não mais violento. Essa ação estaria, de certa forma, "limpando" aquela sociedade de indivíduos com ações de conduta social corrosivas.

carrega um adjetivo ligado a coisas boas, além de já carregar a alcunha de cidade das crianças, sendo assim como é possível haver uma prática de violência coletiva e pública em uma cidade maravilhosa que pertence às crianças?

Essa ânsia por tornar a ação coletiva, desta forma pública também, é a ideia de que se o evento acontece com a aprovação da comunidade e em ambiente público, na frente dos olhos da sociedade, essa violência não é crime, pois crime é realizado em ambiente privado, ocultando a ação dos olhos da sociedade e, o criminoso é o indivíduo que age traiçoeiramente, sem seus pares da comunidade terem a menor desconfiança. Essa violência sendo colocada como coletiva, inviabiliza a apuração da polícia, pois há um silêncio daquela comunidade e um possível desconhecimento total daqueles que realmente praticaram o ato violento e aqueles que só estavam presentes, contemplando ou instigando os linchadores. Essa dificuldade da justiça em prender e condenar os linchadores é notada na condenação de apenas poucas pessoas em linchamentos de grande proporção, como no caso em que está sendo citado, onde apenas Jandir Pedro Carossi foi condenado.

Os linchadores procuram tornar pública a sua ação, porém caem em contradição ao preferir cometer o ato durante a noite e não de dia, isso se dá por dois motivos. Primeiro, o risco maior de enfrentar contingente policial durante o dia. Segundo, na escuridão da noite, o linchador corre um risco menor de alguém vê-lo praticando tal ato, além disso, o indivíduo esconde na escuridão ação praticada por si próprio¹⁰. É possível comparar com a história literária do lobisomem, em que a fera aparece apenas nas noites de lua cheia, sumindo assim que aparecem os primeiros raios de luz do sol, deixando apenas o homem ordeiro e bom. Essa violência tem acontecido com recorrência no Brasil em locais predominantemente urbanos, porém há também, em número menor, registros de linchamentos em ambientes rurais e registros de linchamentos com indígenas envolvidos. No ambiente urbano esses registros apontam um número maior de vezes para a periferia dessas cidades, a incidência nessas localidades se dá, segundo Martins¹¹,

onde justamente se concentram os migrantes do campo, recentes ou não, privados da terra e do trabalho regular, vivendo no limite da economia estável e da sociedade organizada, como ocorria com os brancos empobrecidos no sul dos Estados Unidos, principais envolvidos na prática de linchamentos.

Os praticantes dessa violência, no meio urbano, são predominantemente pobres, trabalhadores e alguns integrantes da baixa classe média. Na literatura, essas características

¹⁰ “É de preferência na escuridão da noite que o linchador se oculta de si mesmo, mais do que dos outros, na pedrada anônima, na paulada ao acaso, no pontapé eventual, na facada ou no tiro que ninguém sabe de onde vem.” (MARTINS, 2019, p. 61)

¹¹ 2019, p. 27.

podem ser percebidas na personagem do conto “Maria”¹² da linguista ligada às temáticas afro-brasileiras, Maria da Conceição Evaristo de Brito, em que no decorrer da leitura nota-se que a personagem linchada se enquadra nas características, assim como seus agressores¹³.

Nos casos de linchamentos no campo, os praticantes estão ligados à classe média, não sendo raro, em alguns casos, as vítimas das tentativas e dos linchamentos estejam no rol da elite daquela sociedade. Os linchadores do campo manifestam uma crítica contra aquilo que é considerado por eles imoral, sendo demonstrado de uma forma mais clara, por meio de invasões a delegacias e incêndios¹⁴. Um exemplo de prática dessa violência está na literatura de Mary Shelley, na história do Monstro de Frankenstein, em que uma multidão de camponeses amedrontados o perseguem e ateam fogo em seu refúgio. Já os linchadores urbanos, enxergam essa agressão como uma forma de justiça a ser aplicada, contestando assim as instituições policiais e judiciárias. Pode ser notado algumas características anteriormente apresentadas desse modelo de linchamento, na invasão da Unidade Prisional Avançada de Maravilha. Dos mais de 100 indivíduos envolvidos, apenas 36 pessoas foram reconhecidas e 24 levadas a julgamento e júri, que aconteceu em setembro de 1987, levando apenas a uma condenação.

2.1 - Memória da violência

O linchamento maravilhense não teve a mesma proporção midiática como o caso acontecido em 1950 na cidade de Chapecó, localizada a um pouco mais de 80 quilômetros de Maravilha. Há proximidade geográfica e cultural, pois apesar da distância temporal, houve a mesma prática violenta em ambas cidades, indicando assim a característica de aceitação dessa prática nas duas sociedades. Importante salientar que assim como Maravilha, Chapecó foi colonizada por uma companhia colonizadora e possui características urbanas parecidas, tendo sua população ligada às atividades do campo e aos costumes característicos de uma certa moralidade presente.

O linchamento na cidade de Chapecó, ocorrido em 1950, foi a violência coletiva tendo como alvo quatro homens que se encontravam presos, acusados de atear fogo na igreja

¹² Ver: EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

¹³ Maria era mulher negra, mãe de três filhos, que trabalhava como diarista, em uma de suas inúmeras voltas para casa, ela encontra o pai de seu filho mais velho, que procura saber como estava o menino, relatando que possuía saudade. Após alguns minutos de conversa, o homem levanta, saca uma arma e rouba os passageiros do ônibus, livrando apenas Maria. Após o assalto, os passageiros a acusam de possuir conluio com o assaltante, sendo assim, um menino negro grita “lincha” e os demais passageiros lincham Maria.

¹⁴ Exemplo claro é o linchamento ocorrido em Chapecó, no ano de 1950, onde os agressores invadem a Unidade Prisional Municipal.

matriz da cidade. Esse fato teve uma atenção especial pela mídia, pois Chapecó era a principal cidade do oeste de Santa Catarina, onde sua população era considerada ordeira e de boa conduta. Com a gravidade do ocorrido, a mídia realizou publicações nos jornais sobre, sejam elas em periódicos locais, como *A Folha do Oeste* e *O Imparcial*; estaduais, como *A Gazeta*, *Jornal de Joinville* e *Jornal O Estado*; também houve publicações em âmbito nacional, como no *Correio do Povo* de Porto Alegre, no *Diário Carioca*, na *Folha da Manhã* de São Paulo e na revista *O Cruzeiro*, publicada no Rio de Janeiro. Além disso, anos mais tarde houve a publicação de livros que falavam a respeito do ocorrido, sendo o principal deles publicado em 2003, *O linchamento que muitos querem esquecer*, escrito pela jornalista e socióloga política Monica Hass, em que a partir do processo-crime e de diversas entrevistas a autora realiza uma análise do linchamento acontecido em 1950 e invoca novamente essa memória, para que não seja esquecida, assim como ela mesma traz no título do livro.

O ocorrido em Maravilha no ano de 1987, não recebeu tanta atenção da mídia pois já se havia praticado tal ação violenta 37 anos antes, não sendo assim, uma novidade para a região. Há também o fato de que na situação de Maravilha, apenas um preso foi linchado e não foi atado fogo em seu corpo, sendo “apenas” violentado por objetos. Assim como, o ocorrido na cidade de Chapecó, a sociedade maravilhense nunca procurou relembrar tal acontecimento, não havendo nenhum trabalho desenvolvido especificamente para jogar luz nessa sombra, há a existência de um silenciamento e ocultação daquilo definido por Loiva Félix (2002)¹⁵ como memória coletiva, que são memórias sociais, definidas pelos grupos sociais, que produz a coesão desse grupo, o qual se encarrega de sempre atualizar/relembrar essas memórias para se manterem vivas. Neste caso, esse trabalho para a construção da memória coletiva da sociedade maravilhense, se encaixa no ato de formar uma construção do passado, em que não estão presentes os eventos violentos, sendo realizado assim a formação de alegorias que recordem e revivam o sentimento de um local harmonioso que carrega como alcunha ser a cidade das crianças. Há também uma memória um tanto quanto saudosista, em que o indivíduo realiza uma seleção de suas melhores lembranças, ainda segundo Loiva Félix¹⁶, “As memórias sociais, enquanto partes do universo simbólico, são resultantes de atos seletivos. Lembrar pressupõe um mecanismo mental de representação e de seleção do fato, do tempo e do espaço, no qual se une a fantasia com o real concreto.”, portanto, o indivíduo decide quais memórias ele deseja trazer à tona e quais recordações serão silenciadas. Essa

¹⁵ Ver: FÉLIX, Loiva Otero. **Política, memória e esquecimento**. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Usos de Memórias**. Passo Fundo: Upf, 2002. p. 13-39.

¹⁶ 2002, p. 25.

seleção gera aquilo definido pelo austriaco Michael Pollak¹⁷ (1989) como *memória silenciada*, que é uma forma de escolha para selecionar o que será lembrado, funcionando por meio dos “não-ditos”, gerando um silenciamento dessa memória devido ao custo social e emocional que o ato de evocar essa lembrança tem. No caso dos linchamentos de Chapecó (1950) e de Maravilha (1987) pode-se atribuir esse silenciamento ao motivo utilizado por Monica Hass, em sua obra que retrata o ocorrido em Chapecó.

Apesar de já se terem passado 63 anos, o linchamento ainda representa um tabu para a população de Chapecó. Até hoje as pessoas têm medo de perseguições e sempre dão a impressão de saber mais do que contam. É proibido falar do assunto porque amigos, conhecidos e vizinhos estiveram envolvidos no crime. [...] Além disso, o episódio denigre a imagem da cidade, contrastando com o “mito” do colonizador trabalhador e ordeiro, responsável pelo progresso do lugar, que a história oficial divulga. Quando nomes de envolvidos são citados, o tom de voz torna-se mais baixo e não são permitidas gravações. Ameaças são feitas. Muitas vezes não é permitida a divulgação das entrevistas e de comentários feitos em conversas informais e, conseqüentemente, não podemos revelar todos os nomes das pessoas contatadas. (2013, p. 49)

Sendo assim, há um esforço local para ocultar os integrantes do linchamento, com o intuito de preservar a imagem do indivíduo e de sua família para aquela sociedade em questão, desta forma os “não-ditos” tomam caráter político e social. Pollak afirma que “A essas razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais.”¹⁸. Além de ser usado para preservação da imagem do indivíduo, esse silêncio é fruto, segundo Martins (2019), de um acordo tácito feito pelos linchadores, em que há uma perda de memória como mecanismo de autodefesa e de uma consciência de pertencimento dos agressores a aquela comunidade e a convivência entre si. Esse ato de não falar, para evitar problemas com a justiça e com a comunidade, que em muitos casos pode gerar outro linchamento como represália, prejudica muito as investigações, pois as testemunhas não entregam tudo aquilo que poderiam. Está aí uma das justificativas para a condenação sempre de um número reduzido de pessoas, se for comparar com o número de envolvidos, como no exemplo de Maravilha, com apenas um condenado, sendo que é sabido que quem arquitetou tudo foram membros da família Brutscher? Será que uma das respostas para essa pergunta está justamente no sobrenome Brutscher, já que essa família tem relevância econômica, conseqüentemente, política para a sociedade maravilhense até os dias atuais, por serem donos de diversas casas de comércio, que vai desde a comercialização de peças de caminhão até a prestação de serviços, com caminhões guinchos e de carga pesada? A relevância dessa família para a sociedade da época,

¹⁷ Ver: POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>.

¹⁸ 1989, p. 6.

atrelada com a gravidade do assassinato, em que foi rompido o pacto social presente, de um local ordeiro e bom, pode ser a causa do silenciamento dos participantes, além mais pode ser a causa da absolvição de Élio e Otacílio Brutscher.

3- CAPÍTULO 2: A CIDADE DAS CRIANÇAS

Em todas as cidades ou organizações de pessoas encontra-se a presença de mitos fundadores, tradições inventadas que se ligam com o passado, sendo elas lembradas no presente, para justificar um nome ou uma prática realizada. Segundo Marilena Chauí¹⁹

Se também dizemos mito fundador é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. (grifo do autor)

A filósofa vai de encontro ao historiador Eric Hobsbawm, que chama esses repasses de narrativa ou práticas de *tradição inventada*. Hobsbawm diz que essas tradições são aceitas por meio da repetição, nas quais dão continuidade do passado no presente, utilizando sempre de um repertório histórico que seja apropriado para a construção. Segundo Hobsbawm,

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (2008, p.9)

Sendo assim, essas tradições são invariáveis pois assumem caráter de repetição, estando ligadas a um passado histórico apropriado, no qual é usado como forma de legitimação, por meio da associação de elementos antigos que possuem significados para tal sociedade.

A cidade de Maravilha, localizada na região oeste de Santa Catarina, carrega em seu nome uma alegoria construída para realçar a beleza atribuída à cidade. Segundo o mito de origem, o nome da cidade está atribuído à história da primeira impressão que os colonizadores tiveram ao no momento em que avistaram a quantidade de Araucárias presentes onde hoje está avenida principal da cidade - Avenida Araucária - que carrega o nome da principal árvore presente na região, foi proferida a seguinte frase "que MARAVILHA!!! É uma MARAVILHA!!", estando eles se referindo à beleza verde, no território dominado por Araucárias.

O território onde hoje fica a cidade foi colonizado pela Companhia Territorial Sul Brasil, vinda do Rio Grande do Sul, sendo ela constituída em 23 de maio de 1925. A empresa possuía terras do extremo oeste, sendo ela também colonizadora das atuais cidades de Cunha Porã, Palmitos, São Carlos, Saudades, entre outras. A Companhia adquiriu o território da

¹⁹ Ver: CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2000, p.6.

falida Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Limitada, sendo oficializada a venda das terras ainda em 1925. A colonizadora possuía o escritório central em Porto Alegre, possuindo em cada localidade de colonização uma filial, para que assim pudesse coordenar os negócios mais de perto.

Após a Segunda Guerra Mundial, o oeste de Santa Catarina ganhou maior centralidade nos interesses capitalistas de exploração da madeira nativa e de ocupação dessa faixa do território catarinense, através da fundação de novas cidades. A nova onda migratória do Rio Grande do Sul e a exportação de madeira para a Argentina e Uruguai aflorou a velha ideia de ampliar mais a colonização rumo às cabeceiras do Rio Iracema, onde segundo a obra de José Isaac Pilati, “aquela mancha de pinheiros seculares deliciava os olhos da Companhia.”²⁰. Com isso, em novembro de 1948, a Sul Brasil enviou uma campanha de 20 pessoas, sendo argentinos e brasileiros que tinham experiência com a extração de madeiras. Essa campanha tinha o intuito de realizar o reconhecimento da região onde hoje é Maravilha e observar as árvores Araucárias, com o objetivo de instaurar uma madeireira na região para a extração, exportar e vender tábuas para os futuros moradores, gerando, junto com construções enormes de madeira, a ideia de progresso, “tão importante para atrair compradores e colonos.”²¹. Saindo de Passo Fundo, após alguns dias na estrada, chegaram primeiro ao pequeno povoado de Cunha-Porã, onde compraram provisões e contrataram um guia para andar no meio daquela mata ainda virgem até chegar no local onde viria a ser Maravilha. Esse reconhecimento da localidade, é chamado pelos autores da história oficial da colonização de Maravilha, de *Expedição dos 20*, devido a quantidade de pessoas envolvidas. Após retornarem a Passo Fundo, os envolvidos na expedição junto com a Sul Brasil, formam uma parceria e criam a primeira empresa sediada em Maravilha, a Sbaraini, Benvegnu e CIA LTDA, uma serraria constituída pelos sócios Carlos Sbaraini, Italo Benvegnu, Orlando C. Funk Ribeiro, Balduino Ghem, Mario Azambuja, Alcides Benvegnu, Benjamim Câmera, Mânlio Benvegnu e Antônio Crippa. Os primeiros trabalhadores constituíram acampamentos com suas famílias até que a empresa estivesse devidamente instalada para dar início às atividades.

Os primeiros colonizadores decidiram ir para aquela localidade tão recente, com o intuito e espírito de desenvolvimento urbano, todos os quatro e suas famílias sabiam realizar as atividades agrícolas, entretanto buscaram deslocar-se para fugir dessas atividades no campo e desenvolver uma economia urbana, não é à toa que os quatro pioneiros construíram

²⁰ (1991, p. 56-57).

²¹ (PILATI, 1991, p. 57).

hotéis e comércios, não sendo nenhum dono de grande área de terra dedicada agricultura ou a pecuária. Além disso, esses moradores tiveram papel importante para a formação da religiosidade de Maravilha, contrariando o viés católico da colonização, os primeiros evangélicos Arnoldo Graf e Otto Jahnel realizavam cultos em suas casas. Entretanto, o italiano Fioravante Luiz Trevisan foi importante para a constituição da igreja católica e do serviço público na localidade, realizando atividades para o desenvolvimento. Com isso, a ideia de uma possível comunidade começa a ser construída, com a formação de instituições, como a igreja e, com o oferecimento de serviços necessários, como o de poder viajar no ônibus de Fioravante de Maravilha até Iraí.

O local onde o povoado foi se formando, se via pertencente no ano de 1950 ao distrito de Cunha Porã. Entretanto, essa situação não durou muito, em 1953 ocorre uma nova mudança, pois Palmitos se torna município passando a ter Cunha Porã como seu distrito agora. Ao passar três anos, já em 1956, foi percebido e reconhecido que o desenvolvimento do agora não mais povoado, mas sim, Vila de Maravilha, era superior ao distrito do qual ela pertencia. Desta forma, em março de 1956 foi aprovada a resolução na qual instaurou Maravilha como distrito pertencendo a Palmitos. Com isso, foi nomeado Exator Distrital, tendo autoridade de subprefeito, José Ribeiro de Almeida Lara, o qual ficou no cargo até 27 de julho de 1958, data em que a cidade emancipou-se, tornando-se assim município. O processo de emancipação se apoiou muito no desenvolvimento na cidade baseado na forte economia agrícola, no comércio e na indústria madeireira desenvolvida. Com isso, o Distrito teve um desenvolvimento de destaque perto dos demais distritos que haviam na região. Sendo assim, em julho de 1958, Maravilha tornou-se município, portanto emancipada. Com isso foi nomeado o delegado de polícia João Cavalheiro, prefeito da cidade.

Algo importante para ser realçado, é que durante todos os anos, desde a chegada para reconhecimento até a emancipação política, a Companhia Territorial Sul Brasil esteve presente, vendendo lotes e extraíndo madeira. A Sul Brasil, se desligou da cidade de Maravilha somente no final da década de 1980.

3.1 - Narrativas públicas sobre a cidade

Há na cidade a prática de tentar encobrir os problemas sociais e os eventos históricos violentos com narrativas construídas, que buscam criar uma imagem mais harmoniosa e atrativa para o município. Nesse momento do texto, serão analisadas as narrativas e a forma como a História Pública da cidade foi construída em volta das alegorias sobre o nome e da

origem do título de Cidade das Crianças. De início será feita uma descrição de qual é a população de Maravilha, após será explanado a origem de seu nome e o que é dito sobre ele, além do simples atributo de algo bom e harmonioso. Posteriormente, será abordado como foi o processo de atribuição do título de Cidade das Crianças e por fim, como essas narrativas contribuíram para a construção da História Pública de Maravilha.

No site oficial da Prefeitura da cidade, o processo de colonização e a origem de seu nome são descritos dessa forma:

O município foi colonizado por descendentes de italianos e alemães, que deixaram uma forte herança cultural, notável especialmente nas festas e na culinária. Maravilha era um pequeno povoado e recebeu esse nome graças à mancha de pinhais. Com a chegada de caçadores no alto do morro, onde hoje está localizado o loteamento seminário, a expressão "Que Maravilha!" firmou-se do deslumbre com a copada dos pinhais na planície. (MUNICÍPIO DE MARAVILHA, 2022)

Na descrição é possível ver que há um investimento discursivo a respeito da identidade étnica dos povos que colonizaram a região, sendo lembrado apenas dos homens e mulheres brancos de origem germânica, italiana e polonesa, tendo uma valorização de sua herança cultural, excluindo as contribuições culturais dos caboclos e indígenas que fizeram parte da constituição da cidade, estando ainda presentes na população. Esse esquecimento por parte do poder público fica explícito quando no site oficial do município não há menção a esses grupos. Nos livros produzidos sobre história da cidade, esses povos são lembrados, porém apenas com registros de passagens pela cidade, enaltecendo até mesmo um não protagonismo e com viés até de uma desqualificação desses indivíduos, como é possível ver nesses trechos retirados da obra *Maravilha: sua terra, sua gente, sua história*, escrita pelo historiador Francisco Gialdi:

Quando da colonização do Município de Maravilha, aqui não havia tribos de índios com suas tabas, contendo ocas, a ocara e a caiçara, Já estavam “catequizados”, usavam roupas confeccionadas pelos homens “civilizados” e submissos ao “império” dos brancos.

[...]

Quanto ao relacionamento - **já que os índios aceitavam sua inferioridade** - não se tem notícias de belicosidade ou que tenha havido famílias trucidas pelos índios.

[...]

Os índios frequentavam o comércio dos brancos, assimilando sua civilização. **Seu desaparecimento era considerado como uma vantagem, uma vez que se mostravam inaptos para o desenvolvimento.** (2003, p. 72-73. grifo nosso)

Nos trechos é possível ver a ideia de não civilidade do indígena, sendo colocados como inferiores e inaptos ao desenvolvimento que no caso estaria ligado a presença dos brancos de família descendente da Europa. O historiador também diz que não haviam aldeias indígenas na cidade e que só há registros da passagem dessas pessoas. Na outra obra, usada como fonte dessa pesquisa, o autor José Isaac Pilati não cita indígenas, dando enfoque apenas

na contribuição dos colonizadores brancos, realizando até mesmo um histórico desses homens. Em relação aos caboclos, Gialdi apresenta uma narrativa em que diz que não haviam muitos caboclos na região onde é compreendida a cidade e com isso não houve questões de conflitos registrados entre a Companhia Sul Brasil e essa população. A descrição dessa população trazida no livro do autor maravilhense é bem mais detalhada do que a indígena. No livro de José Pilati, o autor descreve o contato que os colonizadores tiveram com caboclos na Expedição dos 20. Ele os trata como foras da lei, pessoas foragidas da justiça, que usavam esse território como esconderijo, é possível ver a descrição do encontro nesse trecho:

Em certo momento, pela tarde, apareceram dois indivíduos estranhos, armados e vestindo calções de pele de animais. Houve tensão, mas os dois logo se afastaram, sem nada dizer. Realmente, aquela zona era habitada por **foragidos da justiça** do Rio Grande, tendo sido famosos Zeca Vacariano e seu bando. Havia **gente daquela estirpe**, soube-se depois, morando na altura do Irajá; mas, com a aproximação dos pioneiros, seguiram todos na direção do Paraná. (PILATI, 1991, p. 60. grifo nosso)

Na página intitulada “Apresentação” do site da Prefeitura Municipal, há um parágrafo que traz uma declaração do prefeito em exercício em 2023, Sandro Donati, na qual apresenta uma descrição do povo maravilhense para ele. Segundo o prefeito a força de Maravilha está na sua população, segue o trecho

Segundo o prefeito Sandro Donati, a força motriz de Maravilha está no seu povo, que trabalha e se dedica a cada dia e colabora, direta ou indiretamente, no desenvolvimento do município. “Juntamente com a força de vontade do povo, o Poder Público não mede esforços para trazer melhorias para o crescimento sustentável, com bons resultados econômicos e sociais. Dessa forma, geramos oportunidades em emprego, renda e políticas públicas, tornando o cenário favorável para que aconteçam mais investimentos em Maravilha e incentivando os trabalhadores. Acredito que a boa gestão dos recursos públicos, unida ao trabalho da comunidade, gera bons frutos.”, destaca Donati. (MUNICÍPIO DE MARAVILHA, 2022)

Na declaração é possível ver que o prefeito atribui o desenvolvimento da cidade ao seu povo, que segundo ele, trabalha com muita dedicação para haver o crescimento. Essa atribuição está muito ligada à ideia que as companhias colonizadoras utilizavam em seus discursos com os compradores de terra. Essa narrativa consistia na ideia de que aquele local se desenvolveria e teria progresso se houvesse trabalho e sacrifício daquela população. Esse viés de progresso através de trabalho e sacrifício está ligado às concepções cristãs reformadas, em que a valorização do trabalho está além do bem material, é visto como uma missão divina para chegar no paraíso²². Sendo assim, a população, em sua maioria cristã, ainda carrega esses preceitos em suas vidas. Não se pode esquecer que há também uma

²² Ver: HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer**: Chapecó, 1950-1956. 3. ed. Chapecó: Argos, 2013, p. 56-57.

propagação do valor do trabalho nas políticas e no discurso de Getúlio Vargas durante as duas passagens no governo nacional²³.

Como anteriormente já citado, Maravilha carrega em seu nome um significado que é orgulhosamente realçado pela sociedade. De acordo com o senso comum, o nome da cidade está atribuído a uma frase exclamativa de um dos homens que estavam presentes na primeira expedição realizada para reconhecer o território. Este homem, ao chegar num ponto geograficamente elevado da cidade, sendo esse lugar o caminho pelo qual eles chegaram à região. Esse ponto atualmente é chamado de “Morro do Seminário”, uma extensão da Avenida Araucária, onde no início da localização havia o seminário da cidade e que hoje possui lotes de terra para a venda. Naquela época, o trabalhador da Companhia Territorial Sul Brasil teria se encantado com a beleza da copa das árvores Araucárias. O legado oral transmitido é que esse homem seria um caçador vindo do Rio Grande do Sul para a região, como é possível ver na explicação que está no site oficial da Prefeitura de Maravilha: “Com a chegada de caçadores no alto do morro, onde hoje está localizado o loteamento seminário, a expressão "Que Maravilha!" firmou-se do deslumbre com a copada dos pinhais na planície.” (MUNICÍPIO DE MARAVILHA, 2022). Desta forma, fica atribuída a razão do nome exclusivamente à beleza do local, tendo como sua mata de Araucária o chamativo principal. Entretanto, essa explicação do nome, baseada no senso comum, na História Oral, acaba gerando problemas, pois como já falado, nos anos finais da década de 1940, a Companhia Territorial Sul Brasil empregou aquilo que foi chamado de *Expedição dos 20*, mandando funcionários para reconhecimento. Sendo assim, fica refutada a ideia de que o homem a proferir a expressão que deu nome à cidade seria apenas um caçador.

A beleza da sequência uniforme da copa dos pinheiros, formando um verde encantador é indiscutível, porém podemos refletir sobre um duplo sentido na expressão proferida por aquele homem. É importante lembrar que a Companhia Sul Brasil, assim como de costume das companhias colonizadoras, fazia exploração de madeiras, por meio da formação de várias madeireiras. Desta forma, há registros que podem indicar um significado dúbio para essa atribuição do adjetivo de “maravilha” para a localidade. O maravilhense Francisco Gialdi, em seu livro, após utilizar da História Oral de indivíduos que vivenciaram o processo de colonização, traz o seguinte trecho: “Ao encontrarem-se com o Dr. Leal no escritório de Passarinhos (Palmitos), disseram-lhe que, onde estavam fazendo a medição, na mata virgem, adiante de Cunha Porã, **era um lugar sedutor**, e sugeriram-lhe o nome de

²³ Ver: GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

“Maravilha”.”(GIALDI, 2003, p. 120. grifo nosso). Na obra de José Pilati também é possível ver afirmações que indicam o real significado da exclamação:

Novos fluxos migratórios do Rio Grande do Sul e a **incrementação da exportação de madeiras** para a Argentina e Uruguai tornavam, economicamente, oportuno e viável o antigo plano de avançar a colonização até as cabeceiras do Iracema, onde **aquela mancha de pinheiros seculares deliciava os olhos da Companhia.**

[...]

A proposta da Sul Brasil era interessante, porque os pinhais do lado gaúcho não estavam longe do fim e a transferência para o lado catarinense, ainda que para a região mais inóspita, não alteraria o roteiro da exportação, para o mesmo mercado argentino e uruguaio, através das mesmas balsas e do mesmo rio - o Uruguai... (PILATI, 1991, p. 56-57. grifo nosso)

Com esses trechos é possível concluir que a exclamação até poderia ter ligação com a beleza da vista, entretanto, o que realmente era uma “maravilha” foi a quantidade de oportunidades de se lucrar com aquelas árvores e com a região, pois a Sul Brasil enxergou naquela mata virgem a possibilidade de aliviar um pouco a extração madeireira do Rio Grande do Sul - que já não estava tão longe assim do fim - e aumentar ainda mais os lucros, com a exploração daquela quantia enorme de Araucária e com a venda dos lotes de terra para os novos moradores. A ideia de exploração madeireira como principal atividade pode ser vista na instalação da serraria Sbaraini, Benvegno e CIA LTDA, sendo a primeira empresa daquela localidade. O discurso criado tinha e tem intuito de aliviar e romantizar o nome, para diminuir o dano ambiental causado com a exploração madeireira, onde reduziu a quase nada a quantidade de Araucárias originais na cidade. Segundo dados do IBGE, censo de 2010, há 85% das vias públicas urbanizadas²⁴, entretanto, de acordo com o censo de 2021, há mais hectares de plantio de Eucalipto, em segundo lugar Pinus, que foi utilizada para colocar no lugar das Araucárias²⁵. Como forma de “aliviar a culpa”, fomentar o discurso e uma possível imaginação fértil dos moradores, os homens que projetaram a cidade deram o nome para a via pública onde se localizava as árvores vistas, de Avenida Araucária, sendo ela até os dias atuais, a principal via utilizada para eventos públicos e com uma valorização da sociedade muito grande, sendo notada pela carestia no valor dos aluguéis das locações. Esse nome também tem a função de realçar a lembrança de que foi por ali que os “desbravadores” chegaram e viram o desenvolvimento e progresso, além da beleza da cidade.

O nome Maravilha, também tem função de propaganda, pois ao se ouvir uma cidade chamada Maravilha, logo é possível pensar em coisas boas e um local sem problemas urbanos, econômicos e sociais. Essa propaganda serve nos dias atuais e serviu durante a

²⁴ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico de Maravilha. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/maravilha/panorama>

²⁵ Idem.

colonização da Companhia Territorial Sul Brasil como forma de atrativo para a venda de lotes e de investimento externo. Essa propaganda se intensificou quando a cidade ganhou o título de Cidade das Crianças, como veremos a partir de agora.

A cidade de Maravilha ganhou o título oficial de Cidade das Crianças, aprovado em âmbito federal no ano de 2012, pela presidenta Dilma Rousseff. A Lei nº 12.596, que deu a cidade esse título foi de autoria do deputado federal gaúcho Onofre Santo Agostini. O título em âmbito federal foi concedido em 2012, porém Maravilha carrega essa nomenclatura entre os viajantes e moradores desde a década de 1950, entretanto só foi oficializada municipalmente em 1970, com a Lei nº 334, na gestão do prefeito Albino Cerutti Cella. O boato entre as pessoas sobre esse título começou, segundo as informações presentes no site oficial da Prefeitura, no livro do historiador Francisco Gialdi e nos Projetos de Lei, no desfile cívico de 7 de setembro do ano de 1954, onde segundo as informações nessas fontes foi registrado um número elevado de crianças, todas uniformizadas. Essas crianças estudavam na escola formada pelas Irmãs Notre Dame, que haviam vindo do Rio Grande do Sul contratadas pela Companhia para cuidar da educação maravilhense. Há relatos também de que ao final dos turnos de aula, as calçadas ficavam lotadas de crianças, fato que deixava os viajantes admirados. No livro de Francisco Gialdi, ele relata que

Sempre que uma autoridade ou pessoa importante visitasse Maravilha, em vez da preocupação de enfeitar as ruas com flores, folhas de palmeiras e ramos de árvores (nos tempos idos eram assim!), as crianças formavam alas, batendo palmas e sorrindo e cantando como passarinhos a enfeitar as ruas. Arrancavam aplausos e exclamações: esta é a cidade das crianças!

[...]

E, assim, nas programações infantis: casa cheia; nas missas e cultos para crianças: igrejas cheias; nos encontros infantis: salão cheio, teatro cheio, circo cheio; nos jogos infantis: estádio e ginásio de esportes cheios; no Dia da Criança: praça cheia, arrancando aplausos e admiração, pois a criança encanta com sua doçura, inocência e candura.

[...]

Todo início de ano letivo, aquela preocupação dos diretores das escolas da cidade: onde conseguir vaga para todas as crianças. E, diga-se de passagem, um dos alicerces do crescimento de Maravilha foi a oferta de melhores condições pedagógicas aqui do que em outras comunidades da região. (2003, p. 139-140)

Para fazer jus a esse título, o poder público, nos dias atuais, promove diversos eventos e atrações e procuram criar espaços de entretenimento infantil. Os departamentos de cultura e esporte do poder municipal realizam campeonatos e eventos para a participação do público infantil e infanto-juvenil. Além disso, há uma preocupação especial com a educação. A cidade possui um número razoável de escolas estaduais e municipais. Além disso, há uma quantidade elevada de creches e um cuidado com o transporte público desses estudantes. Segundo o último trecho citado, Gialdi afirma que Maravilha sempre foi mais desenvolvida

na parte pedagógica, tendo sua primeira escola em 1951, com a professora Amélia da Silva Oliveira, esposa de Lucival, irmão mais novo de um funcionário da Companhia. A sala de aula era localizada na Avenida Araucária, atendendo 53 alunos. Amélia recebia proventos da Sul Brasil, como pagamento de seu serviço. Já a primeira escola teve início em 1954, com a chegada das Irmãs Notre Dame. Essa escola localizava-se onde hoje encontra-se a Escola de Educação Básica Nossa Senhora da Salete. O fato de se ter um local para a realização de aulas, sendo no início com a professora Amélia e logo após com as Irmãs, pode ser encarado também como uma estratégia de venda da Companhia, pois um local com uma escola, possibilitando os filhos dos possíveis compradores terem acesso à educação, se torna muito mais atrativo para a venda, do que um local onde o acesso seria mais dificultoso.

Todavia, voltando a como Maravilha recebeu o título de “Cidade das Crianças”, após uma difusão maior entremeio a população, a administração pública decide mudar o slogan da cidade, oficializando o slogan do município como: *Capital da Criança*. O prefeito Albino Cerutti Cella, aprovou a Lei nº 334 de 11 de abril de 1970²⁶, após a votação da Câmara de Vereadores. Depois de 14 anos, em 1984, o prefeito Celso Maldaner, sancionou a Lei nº 944 de 22 de agosto de 1984²⁷, onde revogou a Lei nº 334 e realizou uma alteração no slogan, sendo a partir dessa nova lei: *Maravilha, Cidade das Crianças*. Com o passar de alguns anos, mais precisamente em 2011, o deputado federal Onofre Santo Agostini, filiado ao PSD de Santa Catarina redige o Projeto de Lei nº 819/2011²⁸, no qual solicitou o reconhecimento nacional de Maravilha sob o título de Cidade das Crianças. Na justificativa do PL, o deputado realiza um histórico breve da cidade, utilizando o histórico existente no site da prefeitura. Entretanto, a justificativa que Onofre atribui para o reconhecimento, é que na cidade sempre houve um número elevado de crianças, relembrando a histórias presentes no livro de Gialdi. Além disso, o PL também afirma que na cidade há políticas públicas que valorizam a criança e uma alta taxa de natalidade, de acordo com o censo do IBGE de 1970. O Projeto foi aprovado na Câmara e no Senado Federal em 2012, gerando assim a Lei nº 12.596 de 15 de março de 2012²⁹, sendo sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, na qual confere em

²⁶MARAVILHA; CÂMARA DOS VEREADORES. Lei Ordinária nº 334/1970. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/m/maravilha/lei-ordinaria/1970/33/334/lei-ordinaria-n-334-1970-oficia-slogan-do-municipio>

²⁷MARAVILHA; CÂMARA DOS VEREADORES. Lei Ordinária nº 944/1984. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/m/maravilha/lei-ordinaria/1984/94/944/lei-ordinaria-n-944-1984-modifica-o-slogan-do-municipio-de-maravilha-revoga-a-lei-n-334-de-11-de-abril-de-1970-e-da-outras-providencias>

²⁸BRASIL; CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 819/2011. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado:federal:projeto.lei:plc:2011:119>

²⁹BRASIL; CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei nº 12.596/2012. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2012-03-15:12596>

âmbito nacional o título de Cidade das Crianças a Maravilha. Foi apenas em 2021, que o deputado estadual do PT de Santa Catarina, Fabiano da Luz, redigiu o Projeto de Lei nº 0112.8/2021³⁰, no qual trazia a reivindicação de atribuir a cidade de Maravilha o reconhecimento de Capital Catarinense “Cidade das Crianças”, tendo como justificativa o reconhecimento e atribuição nacional pela Lei nº 12.596/2012, também se utilizando da definição existente no site da prefeitura e de uma busca no *Google*, onde ao pesquisar “Cidade das Crianças” o site direciona para Maravilha. Além disso, a justificativa é reforçada pelo histórico do título. Após alguns meses o PL foi aprovado e o governador Carlos Moisés da Silva sancionou a Lei nº 18.178 de 11 de agosto de 2021³¹, reconhecendo o município de Maravilha como Capital Catarinense “Cidade das Crianças”.

Sendo assim, é possível observar dois pontos. O primeiro, que um boato, uma história repassada oralmente, uma narrativa construída pela população, ganhou respaldo e se tornou Lei, estadual e federal, reforçando assim uma imagem já antes construída pelo nome da cidade, mas agora muito mais intensificada, pois quem pode imaginar que há ou houve um evento violento, como um linchamento, em uma cidade chamada Maravilha e que carrega o título de ser a “Cidade das Crianças”? Essa é uma das formas de abafar problemas internos, de ter uma imagem boa.

A utilização desse título para a cidade é muito grande, já que há a presença em elementos que definem o município, como a imagem de uma criança no brasão da cidade ou na letra do hino. Seu uso serve, para além de demonstrar que o título é valorizado, também funciona como uma forma de invocador de memória, no qual é sempre lembrado que a cidade carrega esse título.

3.2 - A manutenção dos mitos fundadores

A manutenção desses mitos é realizada através da presença de ligações à Cidade das Crianças em símbolos como o brasão oficial da cidade, em versos do Hino de Maravilha e no monumento *A Criança e o Pássaro*³², localizado na praça da igreja matriz da cidade, bem no centro do município. Além desses elementos, o mito fundador do nome e do título são

³⁰ SANTA CATARINA; CÂMARA DE DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 0112.8/2021. Disponível em: <http://visualizador.ale.sc.gov.br/VisualizadorDocumentos/paginas/visualizadorDocumentos.jsf?token=84f680a18c58c7324fc321110671759ee96e12fa481dc2bd4b4a0b64e8fde7fb422e20fe39e2ab2f3ae058b592e730a5>

³¹ SANTA CATARINA; CÂMARA DE DEPUTADOS. Lei nº 18.178/2021. Disponível em: http://leis.ale.sc.gov.br/html/2021/18178_2021_lei.html

³² Monumento feito pelo artista plástico Paulo Siqueira no ano de 1979, ele é constituído em sucata e representa uma criança soltando um pássaro que alça voo tendo a natureza da praça como adorno.

anualmente realçados nas publicações de aniversário dos jornais locais. Houve um realce maior em torno da alcunha da cidade nas publicações de aniversário do que nas que noticiam as aprovações, tanto nacional em uma edição de 2012³³, como na estadual em uma edição de 2021³⁴. Em ambas as publicações há apenas um pequeno espaço para a notícia, trazendo as justificativas presentes em cada Projeto de Lei e seus possíveis benefícios para a cidade. O recorte da justificativa selecionado, diz que em Maravilha há uma presença elevada de crianças, desde a década de 1970, com a abundância sendo notada nos desfiles cívicos no dia 7 de setembro.

Nas publicações que foram difundidas nas semanas de aniversário, há um esforço maior para reforçar as alegorias construídas. Nas edições selecionadas há sempre um caderno dentro do exemplar, separado apenas para tratar das memórias dos “pioneiros” e da colonização de Maravilha. Esses cadernos trazem sempre fotos de crianças felizes, fotos antigas da cidade acompanhadas de legendas, entrevistas com autores de livros sobre a cidade, nas quais são colocados como historiadores e os tradicionais discursos dos prefeitos em exercício.

As edições de aniversário de 2012³⁵ e 2013³⁶ carregam entrevistas com autores de livros sobre a cidade. A primeira edição citada carrega uma entrevista com o historiador Francisco Gialdi, em que trata de suas publicações, da formação da cidade e da evolução do município. Ao ser indagado do que mais o chamava atenção nessa evolução, sua resposta foi:

Dentro desta evolução do município, nós temos que incluir dois termos: **desenvolvimento e o progresso**, que são duas coisas bem distintas. O desenvolvimento é quando há juntamente o ter mais, e esse ter mais favorecer a vida, porém vem junto o desenvolvimento que é o aspecto cultural, o convívio, a forma de que a vida se torna melhor. Junto ao desenvolvimento destaco dois campos que as pessoas mais precisam: saúde e educação. **No aspecto saúde as pessoas que vêm de fora se encantam com Maravilha, assim como o trabalho que é realizado na educação.**

Maravilha tem um povo bom para se viver, um termo muito propício é a harmonia. O que é essa harmonia? É conviver apesar das diferenças, aceitando um ao outro. Um exemplo é a harmonia dentro dessa evolução que tivemos, com diferentes culturas. (grifo nosso).

No trecho destacado é possível notar uma ideia de cidadão harmonioso, que vive em um local bom e maravilhoso, tendo boas condições de vida, porém o que não pode ser colocado nas sombras é que esse local tem suas mazelas de violência e de exclusão de certos grupos durante a sua história. Tudo isso, como já foi citado anteriormente, é colocado nas sombras pelo discurso oficial. Já na edição de 55 anos, a entrevistada é Reni Luiza Stertz,

³³ Edição do Jornal O Líder do dia 17 de março de 2012.

³⁴ Edição do Jornal O Líder do dia 7 de agosto de 2021.

³⁵ Edição do Jornal O Líder do dia 28 de julho (aniversário de 54 anos).

³⁶ Edição do Jornal O Líder do dia 27 de julho (aniversário de 55 anos).

autora do livro *Memória Fotográfica de Maravilha*, no qual traz um compilado de imagens históricas da cidade com legendas a partir de entrevistas com moradores mais antigos. Na entrevista, Reni trata de pontos como o motivo da vinda dos primeiros moradores para a região, em que ela coloca como motivação principal:

As primeiras famílias a habitar as terras eram oriundas no nosso Estado vizinho, o Rio Grande do Sul. Todas elas vieram na busca de um lugar de terras férteis e uma boa educação para que pudessem criar as suas famílias de maneira digna e que pudessem desfrutar de um futuro melhor.

[...]

Todos os 200 pioneiros, quando contavam as suas histórias, observavam que o que mais os atraiu para as terras de Maravilha foram as oportunidades que eram vislumbradas aqui. Quando a Companhia Territorial Sul Brasil veio para desbravar essas terras e iniciar a colonização, ela já trouxe consigo uma escola, com professores qualificados; a religião, com três principais igrejas, a Católica, Luterana e Evangélica, e ainda o seminário, dando a oportunidade a muitos meninos da região, de estudar aqui, e depois levavam adiante os conhecimentos e até mesmo seguindo o sacerdócio. Sendo esses, grandes atrativos para as famílias que almejavam uma nova vida.

Na fala de Reni Stertz, há presença de uma valorização do local, no qual ela atribui como um lugar de boas terras e com boas condições de vida, apesar da cidade não estar constituída, sendo uma dessas condições a presença da educação para os filhos dos pioneiros. A qualidade no aspecto educacional também foi realçado anteriormente por Francisco Gialdi, entretanto, é possível afirmar que essa qualidade na educação desde a vinda da Companhia Sul Brasil pode ter sido utilizada como forma de atrair mais famílias a se mudar para Maravilha. Em outras palavras, a Sul Brasil pode ter utilizado esse diferencial na educação para vender lotes de terra aos pais dos futuros alunos.

Em outro ponto do caderno sobre o aniversário da cidade, há um relato de um dos primeiros moradores, Guilherme Manfrim:

Quando chegamos aqui, o mato era fechado. Iniciamos do nada e em poucos anos construimos Maravilha. Contamos com o apoio da Companhia Territorial Sul Brasil, com os padres do seminário e com as irmãs dos educandários. A nossa cidade era conhecida por ser um local de novas oportunidades, e realmente, todos que chegaram aqui tinham a sua vez. Basicamente vivíamos da agricultura, mas aos poucos foram chegando os bazares, os comércios e todos sempre muito bem acolhidos. Até que mais a frente vieram às primeiras indústrias a ferrarias e assim, **Maravilha foi crescendo e se desenvolvendo, graças a força de vontade e suor de todos.** (grifo nosso)

No discurso desse pioneiro há a presença de elementos de uma ideologia de desenvolvimento a partir do trabalho, muito difundida pelas colonizadoras, sendo presente até os dias atuais, como é possível ver no discurso do prefeito em exercício, Sandro Donati³⁷. Na

³⁷ Segundo o prefeito Sandro Donati, a força motriz de Maravilha está no seu povo, que trabalha e se dedica a cada dia e colabora, direta ou indiretamente, no desenvolvimento do município. “Juntamente com a força de vontade do povo, o Poder Público não mede esforços para trazer melhorias para o crescimento sustentável, com bons resultados econômicos e sociais. Dessa forma, geramos oportunidades em emprego, renda e políticas

edição de 2013, também há publicações que destacam o setor industrial e agrícola de Maravilha, trazendo novamente uma ideia de progresso através do seu povo trabalhador. Após isso, o exemplar dedica duas páginas com fotos de crianças e desenhos de alunos do 3º ano do ensino fundamental de duas escolas municipais, em que neles estão presentes declarações amorosas a cidade de Maravilha. Porém, antes disso, há um pequeno texto no qual realça a importância da criança para o município, conforme trecho da edição:

Ninguém melhor do que as crianças maravilhenses para representar a continuidade da trajetória do município, quando pensamos no futuro é improvável desassociarmos essa perspectiva dos jovens e pequeninos sorrisos. Para representar esse belo caminho percorrido pelo município de Maravilha durante esses 55 anos, o jornal O Líder foi até o Centro de Educação Infantil Cinderela no Bairro Jardim e encontrou a essência do título da “Cidade das Crianças”. Entre brincadeiras, abraços e sentimentos que transpiram inocência e alegria, belos momentos de descontração foram registrados e **nesses instantes foi impossível pensar em outra frase que representasse melhor o município de Maravilha.** (grifo nosso)

Esse início retrata bem a ligação da cidade com a criança, afirmada pela sociedade onde no trecho destacado a frase citada é justamente “cidade das crianças”. Segundo o redator do texto, os jornalistas que foram até a escola brincar com as crianças se viram tomados por esse sentimento, como se a cidade em si, tivesse essa essência.

Na edição do aniversário de 56 anos³⁸, o Jornal decidiu inovar, trazendo 56 relatos de cidadãos maravilhenses, de diversas idades, os quais trazem relatos também de moradores que não são naturais da cidade. Nos discursos, há declarações de amor à cidade, relatos do seu povo que é ordeiro, bom e trabalhador, no qual o progresso que a cidade está realizando está diretamente ligado a esse trabalho. A população destaca também os setores econômicos da cidade, como a agricultura forte e seu polo industrial desenvolvido. De todos os discursos, ênfase o da prefeita em exercício naquele ano, Rosi Maldaner:

A Cidade das Crianças é terra de um povo humilde, acolhedor e amigo. Hoje temos muito a comemorar porque Maravilha está se tornando um pólo microrregional, com a indústria, comércio, prestação de serviços e agricultura em pleno desenvolvimento. Os maravilhenses possuem uma grande capacidade de empreendedorismo, o que reforça esta ideia de desenvolvimento, além de centralizarmos diversos encontros e eventos culturais. Parabenizamos a todos aqueles que fazem de Maravilha um município melhor, que investem e se preocupam com o bem-estar da comunidade. É junto com vocês que queremos construir a cada dia melhores condições de vida, proporcionando uma educação de qualidade, uma saúde comprometida e um município bem estruturado e planejado.

A prefeita carrega em sua fala os elementos do discurso oficial da sociedade maravilhense, na qual seu povo é ordeiro e que por meio de seu trabalho a cidade se

públicas, tornando o cenário favorável para que aconteçam mais investimentos em Maravilha e incentivando os trabalhadores. Acredito que a boa gestão dos recursos públicos, unida ao trabalho da comunidade, gera bons frutos.”, destaca Donati. (MUNICÍPIO DE MARAVILHA, 2022)

³⁸ Edição do dia 26 de julho de 2014.

desenvolve em direção progresso. Comparando a fala do prefeito Sandro Donati, há uma semelhança no discurso, realçando a ideia oficial do que é a cidade de Maravilha. Por fim, será analisada a edição de 57 anos, publicada em 25 de julho de 2015, em que, diferente das demais, aborda um pouco mais a fundo a história de Maravilha, reafirmando o mito fundador do nome, como é possível ver: “Os maravilhenses costumam contar que alguns caçadores vindos do Rio Grande do Sul, ao chegarem ao alto do morro, onde estava localizado o antigo seminário, olharam a paisagem, com a copada dos pinhais na planície e exclamaram: “Que Maravilha!”. Na justificativa do nome, a publicação atribui o mito fundador a sociedade maravilhense, sendo ela a criadora da história. Essa repetição do mito está enquadrada na inviabilidade da tradição inventada, definida por Hobsbawm, em que há sempre a repetição desse ato criador do nome. O jornal, ao tratar da história da cidade, divide em quatro períodos distintos, sendo eles ligados às atividades econômicas de cada recorte temporal. Segundo a publicação, são eles: de 1950 até 1960, a cidade funcionava apenas por meio da atividade agrícola de subsistência, da exploração madeireira e da venda de lotes; de 1960 a 1980 houve um progresso maior, pois a produção agrícola aumentou agregando a cultura de soja. Com isso surgiu uma extratora de óleo, porém, segundo o jornal, o progresso chegou mesmo em 1970, com a abertura das BR-282 e 158, pois aí instalou-se indústrias; o terceiro período compreende de 1980 a 1995, pois houve um industrialização em massa e um aumento na geração de empregos com chegada do Frigorífico de Aves da Coopercentral (Aurora); já o quarto e último período da história começa em 1995, pois é nesse período que foi criada a Associação do Município Entre Rios (AMERIOS) e com a instalação Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Entretanto, em meio a todo esse “progresso” na cidade, houve o linchamento em 1987. Após esse histórico, a edição coloca fotos antigas da cidade e uma entrevista com o casal Birk, um dos primeiros moradores da cidade, em que na sua fala carrega justamente a ideia do desbravador, que enfrentou dificuldades e precisou “meter a cara” para fazer a Maravilha.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Maravilha, assim como tantas outras, possui alegorias do passado que atribuem uma certa identidade, fazendo parte da constituição da urbe. Essas tradições inventadas, são constantemente lembradas pela população, aparecendo diariamente em elementos que constituem a rotina da sociedade, essa reafirmação tem o intuito de fomentar ainda mais um discurso ou propaganda oficiais difundidos pelos líderes políticos da cidade, que nas datas próximas ao aniversário do município, por meio das edições de periódicos, podem replicar novamente a origem do nome Maravilha e atribuí-lo ao adjetivo de uma cidade perfeita e povoada por maravilhosos, assim como, o realce da ligação com as crianças é feito com excelência, por meio de fotos, apresentações ou na participação no desfile realizado no dia do aniversário. Esse discurso serve para propagar uma imagem de um local com ótimas condições de vida, tendo como carro chefe a sua população boa, harmoniosa, ordeira e trabalhadora, esse último adjetivo é constantemente reafirmado como principal agente para o desenvolvimento da cidade em direção a uma ideia de progresso.

Essa construção da cidade serve para esconder problemas existentes ou memórias que prejudiquem a sua imagem, gerando assim uma tensão entre essa narrativa harmônica e as situações violentas, como o linchamento de 1987. O evento que teve sua memória silenciada, para que não manchasse a imagem maravilhosa, revela que o ato punitivo, idealizado pela família Brutscher, na pessoa de Élio e Otacílio, teve uma aceitação da sociedade contemporânea a ele e das gerações posteriores, que não procuram questionar ou tirar das sombras essa memória. Há também na justiça, uma tentativa de desvincular a imagem do linchamento da cidade, através da condenação de apenas uma pessoa. Desta forma, sobra apenas para Jandir a memória e todo o peso de estar atrelado a esse evento. Essa decisão da justiça, teve o intuito de reforçar o discurso de que não houve uma atividade coletiva de linchar alguém, mas sim ações individuais, que está neste caso, diretamente ligada a razões familiares da vítima primária. Sendo assim, afasta a ideia de uma população violenta, que aceita tais medidas, para apenas um indivíduo violento.

As representações aparecem constantemente pois tem o objetivo de realizar uma construção do passado, no presente, por isso há um esforço de propagar essas ideias desde cedo, as crianças podem não saber quantos anos a cidade vai fazer, mas sabem o motivo do seu nome e que carrega a alcunha de “Cidade das Crianças”, esse trabalho é realizado pelas instituições públicas e pelos pais e parentes próximos. Essa propagação é feita com objetivo de encobrir as memórias que possam incomodar a sociedade, sendo assim há um

silenciamento. Essa ação tem o objetivo de não gerar conclusões indesejadas, como a de que o povo maravilhense pode ser ordeiro, bom e trabalhador, porém se torna violento quando há alguma ocorrência que fere o pacto social, sendo assim quando esse modelo de cidade e população é quebrado, a sociedade de Maravilha se torna capaz de aceitar qualquer medida, seja ela violenta ou não, para retornar a normalidade anterior, conforme foi explorado no capítulo 1.

Desta forma, a alegoria da maravilhosa cidade das crianças é utilizada para esconder a face desencantada dessa sociedade, na qual apresenta problemas e diverge de toda a bela construção do passado e de seu presente, como um local harmonioso e incrível para se viver, em que por meio de sua extraordinária população, que trabalha firme, a cidade pode caminhar a passos largos rumo ao desenvolvimento do progresso, seja ele visto no ano de 1987 ou no ano de 2023.

5 - REFERÊNCIAS

CARLE, Cláudio Baptista; SEGAT, Flávia. O imaginário como forma de entender a constituição das cidades. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 259-275, 20 jan. 2023. Universidade Federal de Pelotas. <http://dx.doi.org/10.15210/tessituras.v10i2.4894>.

FÉLIX, Loiva Otero. Política, memória e esquecimento. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Usos de Memórias**. Passo Fundo: Upf, 2002. Cap. 1. p. 13-39.

FORTUNA, Carlos. Cidade e Urbanidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Portugal: Almedina, 2015. Cap. 6. p. 83-97.

HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer**: Chapecó, 1950-1956. 3. ed. Chapecó: Argos, 2013.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A Invenção das Tradições**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. p. 9-23. Tradução de: Celina Cardim Cavalcante.

MARTINS, José de Souza. **Linchamentos: justiça popular no brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, [S.L.], v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882007000100002>.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Correntes, campos temáticos e fontes: uma aventura da história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Cap. 5, p. 77-80.

RODRIGUES, ADRIANO VANDERLEI MICHELOTTI. **Era puro mato: o processo de desmatamento nas terras da companhia territorial sul brasil (1925-1978)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, [S. l.], 2020.

RODRIGUES, M.; NEUMANN, R. **Colônias e colonizadoras na região Oeste de Santa Catarina: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil (1925 a 1950)**. Florianópolis. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434423276_ARQUIVO_Coloniasecolonizadorasna regioaoOestedeSantaCatarina.pdf. Acesso em: 02/07/2023

SEIXAS, Jacy Alves de. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história?. **Projeto História**, São Paulo, v. 24, p. 46-63, jun. 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10612>. Acesso em: 02/07/2023

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Benjamin e a paixão pela cidade "porosa". In: BENJAMIN, Walter. **Paris, a capital do século XIX e outros escritos sobre cidades**. Porto Alegre: L&Pm, 2022. p. 23-37.

TEDESCO, João Carlos. Re(vi)vendo o ontem no tempo e no espaço “dos de hoje”: fragmentos de memória de idosos. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Usos de Memórias**. Passo Fundo: Upf, 2002. Cap. 2. p. 41-79.

6 - LISTA DE FONTES

Livros

GIALDI, Francisco. **Maravilha: sua terra, sua gente, sua história**. 2ª. Edição revista, atualizada e ampliada. Porto Alegre: EST Editora, 2003.

PILATI, José Isaac. **História da colonização de Maravilha**. Florianópolis: Edição da Imprensa Universitária/Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

Documentos

Processo-Crime do Lichamento de 1987, nº 042.87.000002.

Apelação Criminal nº 97.015790-8.

Periódicos

Edição Jornal O Líder, nº 81, de 17 de março de 2012.

Edição Jornal O Líder, nº 119, de 28 de julho de 2012.

Edição Jornal O Líder, nº 213, de 27 de julho de 2013.

Edição Jornal O Líder, nº 289, de 26 de julho de 2014.

Edição Jornal O Líder, nº 339, de 25 de julho de 2015.

Edição Jornal O Líder, nº 637, de 7 de agosto de 2021.